

ACTAS

Folha 58

Ata nº 54 (cinquenta e quatro)

Aos trinta e um dias do mês de Maio do ano dois mil e dezasseis, pelas dezassete horas, na Avenida Defensores de Chaves, nº 6, 6.º andar, em Lisboa, reuniu a Assembleia Geral Anual da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA, com sede naquele local, encontrando-se presentes todos os membros da Mesa da Assembleia Geral, Licenciados Elsa Maria Roncon Santos, Bernardo Xavier Alabaça e Maria Luisa da Silva Rilho, os vogais executivos do Conselho de Administração, Licenciados Carlos Manuel Durães da Conceição e José Manuel Pereira Mendes de Barros, os vogais não executivos do Conselho de Administração, Licenciados Fernanda Maria Mouro Pereira, Maria João Dias Pessoa de Araújo e Pedro Miguel Nascimento Ventura, bem como o Fiscal Único, Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo ROC efetivo Carlos António Lisboa Nunes.-----

O acionista único, Estado Português, encontrava-se representado pelo Licenciado José Manuel Fusco Gato, nos termos do despacho de 31 de maio de 2016 do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças.-----

A Presidente da Mesa verificou estar representada a totalidade do capital social, pelo que considerou estarem reunidas as condições de funcionamento da Assembleia Geral, podendo esta deliberar sobre todos os assuntos para que foi convocada ao abrigo do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, sob a forma de assembleia geral universal com dispensa de formalidades prévias.-----

Declarando aberta a sessão, a Presidente da Mesa saudou todos os presentes e procedeu de seguida à leitura da seguinte ordem de trabalhos, a qual mereceu a concordância do representante do acionista Estado:-----

“1.º Deliberar sobre o Relatório Único de Gestão e as Contas individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, incluindo o Relatório Financeiro, o Relatório de Governo da Sociedade, acompanhados, nomeadamente, dos documentos de Certificação Legal das Contas e do Relatório de Atividade e parecer da Comissão de Auditoria;-----

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2015;-----

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;-----

4.º Deliberar sobre a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016;-----

5.º Deliberar sobre a eleição dos membros dos órgãos sociais para o triénio 2016-2018;-----

6.º Deliberar sobre o estatuto remuneratório dos membros dos órgãos sociais.”-----

Relativamente ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos**, foi dada a palavra ao vogal do Conselho de Administração, Dr. José Manuel Pereira Mendes de Barros, que fez o realce das principais questões financeiras ligadas ao desempenho da Sociedade, com exposição detalhada a propósito da exibição de gráficos subordinados aos seguintes temas, e que se juntam em anexo:-----

- Evolução dos Resultados Líquidos (2009-2015);-----
- Formação do Resultado em 2015;-----
- Evolução dos Proveitos e Ganhos (2014-2015);-----
- Evolução dos Gastos e Perdas (2014-2015);-----
- Evolução dos Dividendos (2009-2015);-----
- Endividamento Remunerado - Juros e Encargos (2009-2015);-----
- Gastos com Pessoal +Fornecimentos e Serviços Externos (2009-2015);-----
- Total do Ativo *versus* Crédito sobre o Estado (2009-2015);-----
- Endividamento *versus* Crédito sobre o Estado (2009-2015).-----

No decurso da sua exposição detalhada, o Dr. José Manuel Barros fez questão de salientar os seguintes aspetos:-----

- Os resultados da Parpública são muito voláteis, refletem imparidades que não dependem da gestão mas essencialmente do mercado;-----
- A formação do resultado de 2015 muito influenciada pela operação de alienação da TAP SGPS com a reversão da provisão constituída;-----
- Os juros da dívida como fator fundamental dos custos;-----
- A redução drástica dos dividendos em resultado da política de privatizações;-----
- Quanto à dívida, o montante de 500 milhões de euros do pagamento diferido por causa da aquisição dos 5% da EDP à CGD e o financiamento ELOS com os três SWAP associados;----
- O aumento na Parpública dos gastos com o pessoal por causa das fusões e criação dos serviços partilhados, enquanto os FSE se mantiveram inalterados;-----
- Em 2015, mais de 50% do ativo é constituído pela dívida do Estado à Parpública, crédito este que, por sua vez, cobre a totalidade da dívida da empresa.-----

Foi de seguida dada a palavra ao vogal executivo do Conselho de Administração, Dr. Carlos Manuel Durães da Conceição, que, tendo em consideração que os documentos de suporte à reunião foram oportunamente divulgados e eram do conhecimento de todos os presentes, iria dar uma ideia sucinta sobre a atual carteira de participações da Parpública e o seu comportamento, proferindo, neste âmbito, as seguintes declarações:-----

“A carteira da Parpública integra participações em 26 entidades, sendo 13 dessas participações maioritárias e 13 minoritárias, incluindo-se nestas a participação na TAP. -----

Foi precisamente a reprivatização da maioria do capital da TAP que induziu as principais alterações na estrutura consolidada do Grupo Parpública, verificando-se que em 2015 os ativos e passivos estão agora quase exclusivamente concentrados na Parpública e na AdP. Para além destas, no que respeita aos ativos, apenas as participadas com atividade na área do imobiliário assumem alguma importância relativa já que gerem ativos que ascendem aos 1,4 mil milhões de euros, num total consolidado de 14,4 mil milhões de euros.-----

No que se refere à atividade desenvolvida em 2015 pode dizer-se que o ano foi positivo para a generalidade das participadas, uma vez que quase todas elas apresentaram lucros. As exceções foram a Baía do Tejo e a Consest, que apresentaram prejuízos de 348 e 207 milhares de euros, e principalmente a Lazer e Floresta que registou um prejuízo de 17,6 milhões de euros, determinado pelo reconhecimento de imparidades no valor de algumas propriedades, situação cuja reversão constitui um desafio que se coloca à gestão da sociedade nos próximos exercícios.-----

Das empresas que apresentaram lucros merecem referência, nomeadamente atendendo à dimensão dos mesmos, a AdP e a INCM. A AdP apresentou um lucro de 165 milhões de euros, valor fortemente suportado pela mais-valia obtida com a venda da EGF que ascendeu a 96,7 milhões de euros. Por seu lado, a INCM fechou o exercício de 2015 com um lucro de quase 20 milhões de euros, o qual, embora seja superior aos de anos anteriores, não deve ocultar os fortes desafios que a empresa terá que ultrapassar para garantir a sua sustentabilidade económica e financeira tendo em conta as mudanças no enquadramento da sua atividade, aliás recentemente aprofundadas com as medidas que visam o alargamento do prazo de validade de documentos oficiais cuja produção constitui uma parcela muito significativa da atividade da empresa e que assim irá enfrentar uma significativa redução da procura. -----

Dos resultados obtidos por estas duas empresas, 63,4 milhões de euros reverterão para a Parpública a título de dividendos.-----

Também a SIMAB e a SPE apresentaram lucros em 2015 no montante de 11 milhões de euros, sendo de destacar o caso da SPE já que este resultado reflete diretamente a resolução do diferendo que esta participada mantinha com a ENDIAMA, no âmbito da qual foi acordada a venda da participação detida na Sociedade Mineira do Lucapa e a cessão do arquivo relativo ao levantamento geológico, tudo pelo preço de 130 milhões USD, valor que vem sendo pago de

ACTAS

acordo com o calendário contratualizado. Para a obtenção deste acordo foi muito importante o impulso e a orientação do Governo, mas também a determinação e a persistência com que a Parpública conduziu o processo.-----

Ao nível dos resultados alcançados em 2015 merece ainda referência o lucro alcançado pela sociedade Circuito do Estoril (CE) que ascendeu a quase 1 milhão de euros e que sinaliza o melhor desempenho de sempre da sociedade graças às medidas de saneamento financeiro levadas a cabo nos últimos anos, mas também à adoção de políticas de gestão, nomeadamente ao nível comercial, que em 2015 começaram a dar frutos. Refira-se ainda em relação à CE, e como é do conhecimento de todos, que a operação de venda da sociedade à Camara Municipal de Cascais determinada pelo anterior Governo, foi definitivamente chumbada pelo Tribunal de Contas”.-----

Continuando no uso da palavra, e considerando que é este o momento que marca o fim do mandato que foi conferido aos atuais órgãos sociais, o vogal Dr. Carlos Manuel Durães da Conceição entendeu ainda de referir que, embora reconhecendo os desafios que a Parpública enfrenta, partilhava da certeza de que a empresa está preparada para os ultrapassar com o profissionalismo e empenho que tem demonstrado no passado, proferindo ainda as seguintes declarações:-----

“Nesses desafios coloco, à cabeça, a necessidade de encontrar uma solução empresarialmente sustentável para a regularização do crédito sobre o Estado e para a redução do nível de endividamento, situações que, como todos sabem, estão interligadas e resultam do modelo adotado no quadro da execução do programa de reprivatizações, o qual, em termos de grandes operações, podemos dizer que se encontra concluído.-----

E precisamente porque o programa de reprivatizações se encontra concluído, no futuro próximo haverá que refletir sobre a forma como a Parpública, com toda a experiência acumulada, poderá maximizar a sua utilidade para o Estado, nomeadamente no âmbito das políticas de gestão dos ativos públicos, quer os ativos mobiliários quer os ativos imobiliários.-----

Por fim dizer que os resultados de 2015 também se ficam a dever às muitas pessoas com quem interagimos.-----

Desde logo ao acionista, ao Governo, às pessoas que trabalham nas participadas, aos nossos consultores e ao reduzido mas competente e sempre disponível núcleo das pessoas que trabalham na Parpública.-----

Uma palavra de muito apreço ao ROC, pela competência, mas também pela compreensão com que gere as nossas dificuldades.-----

Continuamos naturalmente ao dispor para prestar algum esclarecimento que o acionista quiser ter melhor desenvolvido”.-----

A Presidente da Mesa agradeceu aos dois vogais executivos do CA as respetivas intervenções e deu a palavra ao representante do acionista Estado que, após igualmente agradecer as explicações detalhadas, aprovou o Relatório do Conselho de Administração, que inclui o Relatório Financeiro e demais documentos de prestação de contas consolidadas e separadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, atentas as ênfases nas respetivas Certificações Legais, aprovando igualmente o Relatório do Governo Societário da Parpública, SGPS, SA, relativo ao ano de 2015.-----

No que concerne ao **ponto 2 da convocatória**, o representante do acionista Estado votou favoravelmente a proposta apresentada pelo Conselho de Administração para que o resultado líquido no montante de 595.284.925,34 € (quinhentos e noventa e cinco milhões duzentos e oitenta e quatro mil novecentos e vinte e cinco euros e trinta e quatro cêntimos) seja transferido para resultados transitados.-----

Entrando-se no **ponto 3 da ordem de trabalhos**, foi dada a palavra à Presidente da Comissão de Auditoria, Dr.^a Fernanda Maria Mouro Pereira, que agradeceu toda a colaboração sempre

recebida, com natural destaque para a Área de Auditoria Interna da empresa. Evidenciou como preocupação fundamental da Comissão a monitorização do sistema de controlo interno e gestão de riscos, apresentando de seguida uma breve síntese da atividade de 2015 e perspetivas para 2016, com realce para a finalização do processo de revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Fraude, Corrupção e Infrações Conexas.-----

O ROC, Dr. Carlos António Lisboa Nunes, igualmente agradeceu a colaboração de todos, evidenciando que, dadas as tradicionais dificuldades na obtenção do atempado encerramento de contas por parte de algumas participadas, só mesmo com o empenho de todos foi possível cumprir os prazos legais.-----

De seguida, o representante do acionista Estado propôs e aprovou um voto de confiança no Conselho de Administração, e em cada um dos seus membros, bem como no Revisor Oficial de Contas.-----

Nesta sequência, o vogal Dr. Carlos Manuel Durães da Conceição, certo de que interpretava a vontade dos seus colegas do Conselho de Administração e a do Revisor Oficial de Contas, agradeceu o voto de confiança do acionista e assegurou que, não se alterando as circunstâncias, podiam continuar a contar com a dedicação no trabalho e a lealdade dos propósitos até à eleição dos órgãos sociais para o novo mandato.-----

Relativamente ao **ponto 4 da convocatória**, foi dada a palavra ao vogal do Conselho de Administração, Dr. José Manuel Pereira Mendes de Barros, que teceu umas breves considerações sobre os documentos em apreciação. De seguida, o representante do Estado votou favoravelmente a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016.-----

Antes de se entrar na discussão do **ponto 5 da ordem de trabalhos**, o representante do acionista Estado propôs e votou favoravelmente a suspensão da Assembleia Geral, marcando o seu prosseguimento para data a articular com os membros dos órgãos sociais, nos termos do disposto no artigo 387.º do Código das Sociedades Comerciais.-----

Assim, nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, cerca das dezoito horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente Ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Geral. -----

A Presidente


Elsa Roncon Santos

O Vice-Presidente


Bernardo Xavier Alabaça

A Secretária


Maria Luisa Rilho